INFORME APUBH

AGOSTO /80 nº4

PROPOSTA DE TRABALHO

PROPOSTA DE TRABALHO DA DIRETORIA DA APUBH PARA O 2º SEMESTRE

A situação dos professores e da Universidade se agravou seriamente nos últimos meses. Diante disso consideramos fundamental que nossos objetivos de luta fiquem bem claros para todos e que desenvolvamos formas mais organizadas e eficientes de atuação. Neste sentido a diretoria da APUBH propõe uma linha de trabalho que sem fugir ao programa proposto pela chapa nas eleições, utilize-o.

Esta proposta deve ser discutida, criticada, completada pelo conjunto dos docentes da UFMG, para que se torne não apenas uma proposta mas uma realidade no nosso cotidiano.

1º Questões Trabalhistas

É fato **sentido**, no corte de despesas, no aumento dos empréstimos a erosão de nossos salários. Além disso, todos os estudos econômicos dos mais diversos órgãos mostram em números esta perda salarial. Além disso, a carreira do magistério superior se encontra estrangulada pelas dificuldades interpostas pelo DASP e por sua própria organização deficiente. Foi no sentido de combater estas duas questões que nossas bandeiras básicas de luta no 1º semestre se situaram no envio imediato do projeto de carreira do MEC ao Congresso e de um reajuste salarial de 48% à partir de março de 1980.

Muitas promessas foram feitas, sem que nenhuma delas se concretizasse. Nesse sentido, torna-se importante **manter nossas reivindicações** que são justas, e legítimas na medida em garantiriam um nível razoável de salário e uma carreira atraente para os que trabalham na Universidade.

Mas se, a situação se agravou, e fica claro que de um lado nossas reivindicações surgem e novas formas de lutas tem de ser desenvolvidas.

Neste sentido, o Encontro Extraordinário de ADs, realizado no Rio de Janeiro em julho de 80 acrescentou 2 pontos importantes de atuação:

a) **O repúdio ao projeto de carreira elaborado pelo DASP.** O projeto aumenta o controle burocrático de maior instabilidade para colaboradores e auxiliares de ensino provocando demissões em massa caso seja aprovado e reajusta apenas os incentivos. O DASP tenta nos dividir e nos enganar dizendo que nos oferece 48% reivindicados.

b) **A luta pelo reajuste semestral** para o funcionalismo público. Pressionado pelas reivindicações de diversas categorias de trabalhadores o governo implantou no ano passado a sistemática do reajuste semestral. Esta apesar de ser uma política de tentativa de controle e de não atender as reivindicações dos assalariados era uma conquista parcial destes, por repor em tempo menor, parte de suas perdas. Desde o início o funcionalismo público foi excluído destes reajustes. Hoje, os governantes que não escolhemos estão mudando esta política no sentido de conter mais ainda (o inferno de Dante tem vários estágios) os salários.

Ora, se estivermos incluídos nos reajustes semestrais teríamos agora em setembro um reajuste automático. Torna-se portanto vital lutar pelo reajuste semestral para o funcionalismo público. Além disso, não estaremos sozinhos mas acompanhados dos demais funcionários e mais, das diversas categorias de trabalhadores que certamente se mobilizarão contra as novas medidas propostas pelo governo.

Como encaminhar as reivindicações trabalhistas?

1º - Amplo trabalho de discussão e mobilização dos docentes da UFMG em torno destas reivindicações.

2º - Assembléias nas unidades no dia 21 de agosto para avaliar os objetivos da luta e as formas concretas de pressão.

3º - Assembléia Geral dos Professores da UFMG no dia 28 de agosto, no auditório do ICEX, às 9 horas da manhã para definir:

a - Bandeiras de luta

b - Formas de luta que segundo recomendação da Coord. Nacional de Ads podem ser: greve por tempo indeterminado, paralisação da Universidade por uma semana em setembro e/ou outras sugestões partidas das assembléias.

No dia 28 serão realizadas assembléias Gerais nas diversas Universidades brasileiras. A decisão final sobre as formas de luta a adotar serão tomadas em reunião extraordinária da coord. nacional e das Ads nos dias 30, – 31 de agosto em Brasília.

4º - Ao lado disso, devemos desenvolver um trabalho de informação da opinião pública sobre a situação, desenvolver contatos com parlamentares, com as demais associações do funcionalismo público e no âmbito jurídico analisar a possibilidade de uma ação pelo reajuste semestral.

2º - DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Tem sido uma questão levantada com grande força entre os segmentos que compõem a universidade a necessidade de democratizá-la, ou seja de um lado garantir a participação e controle das decisões pela comunidade e de outro a mudança de seu conteúdo, voltando-se para os interesses da maioria da população. Sabemos que este processo é bastante difícil e



longo, ainda mais quandose tem claro a situação não-democrática do país.

A reformulação dos ordenamentos básicos da Universidade é um momento importante neste processo. Consideramos fundamental uma participação ampla de todos no debate a respeito dos ordenamentos básicos.

Neste sentido sugerimos:
a - Que se faça um pedido ao conselho universitário de ampliação do prazo de discussão até 15 de novembro. Basta ver que a comissão do conselho composta por apenas 6 professores teve 4 meses para elaborar o ante-projeto. Como realizar em menos de 2 meses, uma discussão tão importante, envolvendo toda a comunidade da UFMG?
b - Trabalhamos no mês de agosto em todas as unidades com discussões o mais amplas possíveis, com comissões de unidades centralizando-as. Os servidores técnico-administrativos realizarão no fim de agosto um seminário do qual a questão será examinada.
c - Que este projeto seja discutido à partir de 15 de novembro pelo conselho Universitário e que a decisão final do Conselho se dê no início de 1981, depois da rediscussão pela comunidade.

Além disso dando continuidade às discussões desenvolvidas no seminário de junho a diretoria da APUBH se propõe a editar no menor tempo possível as palestras e sugestões do seminário e apoiar todas as atividades propostas nas unidades de discussão do conteúdo da Universidade.

3º CAMPANHA NACIONAL PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

O Ensino público e gratuito é hoje em diversos países do mundo uma conquista democrática. Há uma clara consciência de que, a educação é um direito básico de cada cidadão e um dever do Estado.

Os impostos diretos e indiretos extraídos pelo Estado da população, tem de ser empregados para atender as necessidades desta. A UNESCO recomenda que no mínimo 12% do orçamento nacional seja empregado na educação.

Em nosso país, na constituição de 1946, que refletia algumas conquistas democráticas, já constava a obrigação de utilização de no mínimo 10% da renda tributária do Governo Federal em educação. No caso dos municípios, estados e distrito federal o mínimo era de 20%.

Pós-1964, além da queda constante do percentual cedido à educação caiu o próprio item da constituição de 46 que obrigava o Estado a um mínimo básico para a educação.

Estamos portanto diante de uma política deliberada de desobrigação do Estado com a educação.

Como educadora não podemos nos alienar deste problema. Uma campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito em todos os níveis, centrado na exigência de um mínimo de 12% do orçamento federal para a educação pode conseguir a força da campanha do "Petróleo é nosso" da década de 50.

Neste sentido que uma comissão especial da APUBH se encarregue de:
a - Manter contato com entidades ligadas ao Ensino para formular uma proposta comum.
b - Marcar uma reunião com sindicatos e demais entidades dos trabalhadores em geral para esclarecer a importância da questões e conseguir a sua adesão.
c - Redigir, com colaboração de outros setores uma "cartilha" do Ensino Público e Gratuito, mostrando a sua importância.

Está marcada uma reunião para o dia 19 de agosto às 19:30 na sede da APUBH para a qual ficam convocados todos os professores interessados em trabalhar junto com a APUBH nesta questão.

Nossa sugestão é trabalharmos a partir destes 3 eixos de ação, acrescentando a eles a questão dos colaboradores, (vide artigo neste mesmo boletim). Além disso não é possível esquecer a articulação nacional dos docentes, a nível do 3º grau e dos outros graus de ensino.

Neste sentido está marcado para fevereiro de 81 um Congresso Nacional de Ads, em São Paulo, para criar uma Entidade Nacional de docentes do 3º grau. Além disso há um congresso em janeiro de 81 em Pernambuco para a criação de uma Entidade que congregue todos os que trabalham em educação.

A diretoria da APUBH ainda não tem uma posição definida sobre a questão. Pretendemos, de um lado, chegar a uma proposta da diretoria e de outro encaminhar o debate da questão na UFMG. Para tanto nos comprometemos a encaminhr todas as propostas elaboradas a nível nacional e local, paralelamente às nossas lutas. E além do mais, no fim do ano realizar Assembléia Geral na qual se defina a posição dos docentes da UFMG e se escolham os delegados para os Congressos.

E para viabilizar todo este trabalho que sabemos gigantesco, mas que não podemos deixar de realizar a diretoria propõe:
a - Infra-estrutura financeira:
As anuidades serão cobradas à partir de agosto em cada unidade por um funcionário. É vital que todos paguem a anuidade para que se possa desenvolver o trabalho. Para 1981 pretendemos ter a cobrança em folha.
b - Campanha de Associação
Precisamos tornar a APUBH a entidade de **todos** os docentes da UFMG. Neste sentido a diretoria propõe: Encaminhar uma carta a todos os docentes não associados com um histórico da APUBH, seus objetivos estatutários, sua forma de organização e a importância de se associar. Em anexo uma ficha de inscrição com a Recomendação de que se procure o representante da unidade ou a sede da APUBH para se inscrever. Assim pensamos que faremos até o final do ano uma grande associação.
c - Participação de todos na vida da entidade.

A tornar-se imperativo a participação de todos os docentes para a formação das comissões da APUBH de trabalho. Além disso procuraremos estimular a todos a participar da APUBH, assembléias e reuniões que decidirão os rumos do nosso movimento.

REPÚDIO AO PROJETO DE SAÚDE

Está em tramitação no Congresso mais um PACOTE. Desta vez trata-se do Projeto de Lei 2726/80 de autoria do deputado SALVADOR JULIANELLI (PDS-SP) que tenta regulamentar "as profissões, ocupações e atividades exercidas no setor saúde e dá outras providências." O referido Projeto fere o direito de cada categoria ter sua legislação própria, negando os direitos adquiridos, já regulamentados, e exercidos legalmente por essas categorias (odontólogo, enfermeiro, psicólogo, assistente social, médico veterinário, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, farmacêutico, nutricionista, fisiocultor, obstetriz, fonoaudiologo, educador sanitário). Ao tentar ditar as atividades desses profissionais o Deputado defende os interesses de uma única categoria, a médica, delegando a esta o **controle** das atividades dos demais profissionais. Com isto o Projeto torna inviável a linha de trabalho em equipe interdisciplinar amplamente defendida pela Organização Mundial de Saúde que enfatiza a necessidade da integração destes profissionais para a elevação dos níveis de saúde da população.

Para impedir que o tal "Pacote" seja aprovado, está sendo levado a efeito um trabalho conjunto pelas entidades que representam as diversas categorias envolvidas no Projeto de Lei.

A diretoria da APUBH, solidária com estas entidades, repudia o projeto. Não podemos mais admitir também que continue sendo ignorado deliberadamente os principais interessados: os profissionais de saúde.

Assembléia Geral dos Professores da UFMG
- Dia 28 de agosto
- Auditório do ICEX - 9 hs.

SITUAÇÃO DOS PROFESSORES COLABORADORES NA UFMG

Uma das questões da maior importância, que está preocupando uma grande parcela dos professores da UFMG, e que exige uma solução urgente é o chamado "problema dos colaboradores".

Um ante-projeto de resolução para os auxiliares de ensino, apresentado pela Pró-Reitoria de Planejamento e as sugestões dos professores colaboradores estão em discussão na Coordenação de Ensino e Pesquisa.

Para ampliar o debate, a APUBH programou uma reunião com a Pró-Reitoria de Planejamento na próxima segunda feira, dia 18, às 14 horas, no auditóro da Reitoria. Na ocasião, a administração da Universidade apresentará um informe a respeito da realização dos concursos públicos no âmbito da UFMG.

O comparecimento dos professores, especialmente dos colaboradores e candidatos a concursos públicos, é muito importante. Para fundamentar a discussão a APUBH está apresentando em anexo o ante-projeto da Pró-Reitoria de Planejamento e as ponderações dos colaboradores.

ANTE-PROJETO DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no Decreto .... 75.841, de 10 de junho de 1975; o que determina a Resolução 12/79, aprovada por este Conselho em 26 de outubro de 1979; o ofício circular nº 23, de 18 de março de 1980, do Secretário de Ensino Superior do MEC; os estudos efetuados pela Pró-Reitoria de Planejamento,

RESOLVE:

Art. 1º - Cada Departamento receberá tantas vagas de auxiliar de ensino quantos forem os professores colaboradores, nele em exercício na data desta resolução, admitidos para atender a aumento de vagas e alterações de currículo mínimo, ou para substituição de docentes do Quadro ou Tabela Permanentes afastados pelos motivos seguintes:

a) falecimento;
b) aposentadoria;
c) exoneração;
d) rescisão de contrato;
e) transferência.

§ 1º - Para os fins deste artigo, serão considerados os motivos apresentados na ocasião em que foi comprovada a necessidade de admissão do professor colaborardor.

§ 2º - Não serão atribuídas vagas de auxiliar de ensino aos portadores dos graus de mestre, doutor ou livre docente.

Art. 2º - Efetuada a distribuição das vagas de auxiliar de ensino, nos termos do artigo anterior, os Departamentos procederão ao seu provimento de acordo com o artigo 129 e seus parágrafos do Regimento Geral.

§ 1º - Os editais para provimento das vagas de auxiliar de ensino serão publicados no prazo de 30 (trinta) dias contados da vigência desta resolução.

§ 2º - O professor colaborador que houver sido admitido mediante seleção pública será dispensado de novos exames, cabendo ao respectivo Departamento comprovar a prestação da seleção.

Art. 3º - Poderão ser substituídos por professores colaboradores os docentes integrantes do Quadro ou Tabela Permanentes afastados pelos motivos seguintes:

a) tratamento de saúde;
b) gestação;
c) estudos;
d) trato de interesses particulares;
e) licença especial;
f) exercício de função de direção;
g) suspensão de contrato;
h) disponibilidade de outro órgão.

Parágrafo único – As substituições previstas neste artigo serão efetuadas por prazo não superior ao do afastamento do substituído, não acarretando neste caso atribuição de vagas ao Departamento.

Art. 4º - O provimento das vagas de Auxiliar de Ensino não poderá implicar em aumento do número de docentes vinculados ao Departamento na data desta Resolução, efetivando-se as admissões na Tabela Permanente estritamente dentro das vagas atribuídas.

Art. 5º - A Pró-Reitoria de Planejamento ficará incumbida de todas as providências relacionadas com o disposto na presente Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

PONDERAÇÕES DOS PROFESSORES COLABORADORES

Comissão de Colaboradores e APUBH

Os professores colaboradores da Universidade Federal de Minas Gerais, e a APUBH, com base "na utilização do contingente de Expansão", referente ao Grupo de Magistério Superior, que determina o número de 700 (setecentas) vagas a serem preenchidas por professores na Categoria de Auxiliar de Ensino, (Boletim Informativo-Reitoria nº 338) considerando que:

1 - O número de professores colaboradores na UFMG é de 1067, segundo levantamento realizado em 16/06/80, incluindo os que já tem titulação para ocupar os cargos de Professor Assistente ou Adjunto;

2 - A Resolução nº 06/79, aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 05/02/80 estabelece a convocação de candidatos para a seleção através de Edital,

vêm submeter à apreciação do Conselho Universitário da UFMG alguns aspectos que devem ser analisados por esse Órgão de Deliberação Superior, quando da tomada de decisão no sentido de corrigir as distorções da lotação atual da Universidade, a saber:

a) em outras Universidades, como a de Goiás e a do Rio de Janeiro a absorção dos Colaboradores foi feita automaticamente, tendo sido adotado o **critério básico de tempo de casa**, ou seja: foram transformados em contratos de Auxiliar de Ensino os contratos de Professor colaborador vigentes em 1979, cuja renovação tenha sido aprovada para o corrente exercício;

c) a renovação de contrato de 6 em 6 meses é uma forma de seleção, uma vez que o professor colaborador que não estiver satisfazendo as necessidades da Unidade pode não ter o contrato renovado e, se renovado, está implícito que o mesmo teve o seu desempenho avaliado.

d) a maioria dos Professores Colaboradores tem tido seus contratos renovados e se encontra em efetivo exercício na UFMG há alguns anos;

e) em algumas Unidades da UFMG, Professores Colaboradores admitidos através de seleção interna, baseada em entrevista e análise do "curriculum vitae" e em efetivo exercício há alguns anos, têm participado de bancas examinadoras para seleção de Professores Colaboradores mais novos;

f) submeter a concurso público um Professor Colaborador que já há longo tempo presta seus serviços a esta Universidade e tem participado, inclusive, de bancas examinadoras para a seleção de outros Professores Colaboradores, não parece ser uma medida muito coerente;

g) os Professores Colaboradores já mantém um vínculo empregatício com a UFMG, baseado num critério que foi admitido por esta Universidade, na época em que ocorreu o ingresso dos mesmos;

h) convém acentuar que a prorrogação dos contratos dos Professores Colaboradores vem ocorrendo sistematicamente, o que demonstra que os mesmos não estavam mais atendendo apenas às necessidades eventuais de prorrogação acadêmica;

i) apesar dos limites de utilização impostos por condições financeiras determinadas pelo Governo (Dec. 75.841 – art. 3º parágrafo único) quando ao preenchimento total das vagas estabelecidas pelo DASP, parece-nos que a UFMG deve assumir uma posição reivindicatória no sentido de captar recursos financeiros uma vez que a mesma admite que a absorção da totalidade dos Professores Colaboradores é desejo reiteradamente manifestado pela Universidade;

Feitas essas considerações, propõem que:

– o número de vagas seja definido após consulta aos Departamentos, tendo em vista as suas reais necessidades no momento atual;

– as vagas sejam distribuídas de forma proporcional ao número de Professores Colaboradores em efetivo exercício em cada Departamento; Seja feita uma consulta aos professores Colaboradores de 20 horas para que os mesmos se manifestem quanto à sua opção para o regime obrigatório de 40 horas;

– Além dos critérios citados na Resolução nº 11/79 de 26 de outubro de 1979, na seção III – Dos títulos e do Curriculum Vitae, o elemento experiência docente seja mais incisivo, ou seja: **experiência docente na UFMG**, e que seja considerado como elemento de peso relevante o tempo de efetivo exercício nesta Universidade; da mesma forma o elemento **experiência em administração acadêmica.**

Frente à magnitude do problema, sugere-se que este Conselho Universitário aprove a nossa solicitação de um reestudo dos critérios para distribuição das vagas de Auxiliar de Ensino, correspondentes ao "contigente de expansão".

RUMO A UMA ENTIDADE NACIONAL

Aconteceu em São Paulo nos dias 14 a 17 de julho o 1º Congresso dos Profissionais de Educação (CNPE), realizado por 800 delegados de 17 estados diferentes que tinha o principal ponto de discussão a criação de uma Entidade Nacional.

No primeiro dia de trabalhos foi feita uma avaliação do movimento, principalmente a partir do primeiro semestre deste ano. A conclusão geral foi de que o movimento deste ano perdeu o forte caráter espontâneo que teve no ano passado. Torna-se necessário um maior nível de organização para consolidar e ampliar as conquistas anteriores e se recuperar de algumas derrotas. Este nível superior de organização faz-se mais urgente ao se constatar que a repressão sobre os professores (ou sobre qualquer outra categoria de trabalhadores que se organiza na defesa de seus direitos) está cada vez mais acirrada. Um aspecto bastante destacado foi a de os professores de 1º e 2.º grau diferente dos do 3º grau ainda não viveram uma experiência de luta nacional centralizada e unificada, o que é **imprescindível** para se pensar na criação da entidade nacional.

Neste sentido foram provadas as seguintes propostas:

1º - Luta comum: reivindicação de reajuste semestral para a categoria como eixo de luta da campanha para o 2º semestre, vinculada com a reivindicação de estabilidade no emprego, jornada de trabalho e aposentadoria aos 25 anos.

2º - Organização: a) formar uma comissão executiva pela construção da entidade nacional dos trabalhadores de educação, composta por dois professores de cada estado que tem a função de:

– centralizar as campanhas reivindicatórias, avaliar os resultados e propor novos encaminhamentos;

– ampliar os setores envolvidos com a articulação, principalmente contato com a coordenação nacional de associações de docentes do 3º grau, propondo ao congresso unitário;

– um outro item, editar o boletim nacional e centralizar a campanha financeira;

– centralizar a organização do II CNPE, marcado para janeiro em Recife.

b - formar coordenações estaduais compostas pelas entidades estaduais (um professor de cada) e mais três professores eleitos pela delegação presente no Congresso e que deverão ser referendadas por assembléias ou reuniões nos estados.

– desenvolver uma campanha para a libertação do professor Davi Maximiliano, preso em Linhares (juiz de Fora), com um abaixo assinado nacional para ser entregue ao Ministro da Justiça.

Todos estes encaminhamentos tirados partiram da avaliação do congresso de se ter uma entidade sólida, forte, e para isto ela tem que ser necessariamente construída pelas bases e a partir de discussões e experiências vivenciadas pelo conjunto da categoria.



Professores de todo o País discutem em São Paulo os movimentos reivindicatórios do magistério.

A Educação está tão pobre quanto o povo

VOLTANDO aos tempos do Brasil Colônia? É possível. A partir de agora, o brasileiro passa a correr o risco de ter de ir à Europa ou Estados Unidos, não em busca de PHDs, mas, exatamente como no século XVIII, ir educar-se universitariamente. Em bom português: a UFMG, refletindo um quadro nacional, vai fechar as portas, nas próximas semanas, se o Ministério do Planejamento não lhe liberar ao menos a verba de CR$500 milhões, solicitada desde o início do ano. O que é difícil, pois, a notícia, oficial, surgida no recente encontro de Reitores em São Luís, é de um corte de 15% nos orçamentos das Universidades.

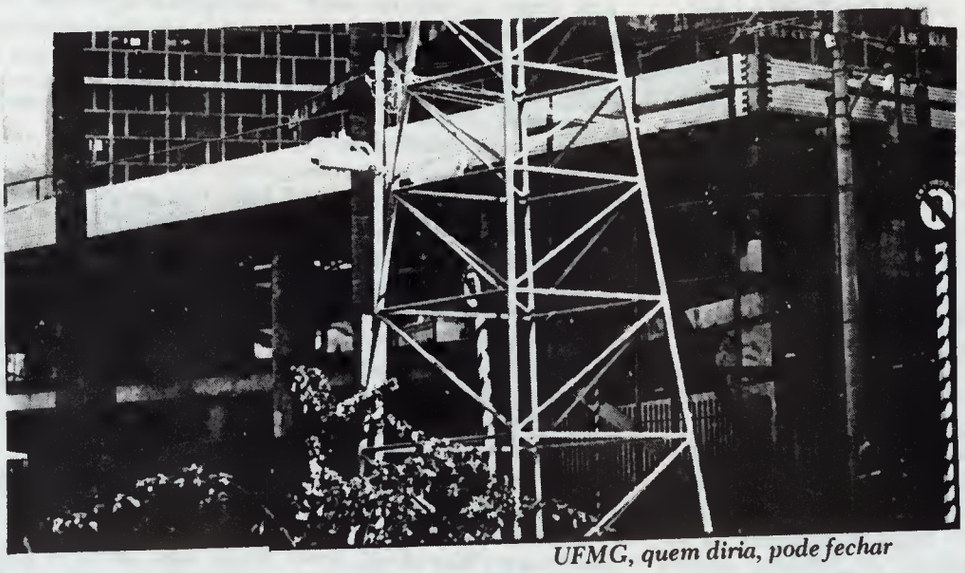
Pela expressão facial do Reitor Celso Vasconcelos Pinheiro, percebe-se a gravidade da situação. Não que ele estampe uma expressão de surpreendido desespero. Mas, a gravidade que exala de seu rosto, típica dos que já se enrugam com um problema há meses, antecede suas palavras: "não é uma simples ameaça. É uma realidade, que reflete uma situação que agora chegou ao limite".

A UFMG não é apenas seus três mil funcionários — dos quais 2.800 são professores — nem seus quase 20 mil alunos. A UFMG é também o Hospital das Clínicas, que atende 40% dos indigentes de Belo Horizonte; a UFMG é o atendimento à comunidade, através das faculdades de Farmácia, Odontologia, Direito e da Faculdade de Medicina, esta incluindo não só o atendimento à população de Belo Horizonte, mas também o chamado "internato rural", em que os alunos próximos da graduação atendem às cidades de Minas que não têm médico — mais de 30% delas. A UFMG é a faculdade de Engenharia, com sua formação de mão-de-obra e exames de Laboratório.

Só isso? Para os espíritos que se dizem práticos e permeiam estes brasis, talvez. Mas, na verdade, todo mundo sabe da importância da Universidade, como pólo irradiador de pesquisas, debates sobre a realidade nacional e formadora de cérebros que vão pensar e repensar esta realidade. Que vão pensar e repensar a cultura.

Se é com números que se mede a realidade nacional, a UFMG os tem: o orçamento da Universidade em 79, somado à suplementação, no total de CR$240 milhões, é bem maior que o de 1980, que é de CR$180 milhões. E a pré-proposta orçamentária para 1981 é também menor que a de 1979. Diante da inflação de 100% esses números se agravam muito.

Em tempo: a UFMG solicitou, no início do ano, uma suplementação orçamentária de Cr$700 milhões, pensando até em ampliar instalações e condições de trabalho. Realista, repita-se, Celso Pinheiro renuncia a este total, dizendo que "se pode, momentâneamente, até deixar de lado planos de expansão, pois o País está em situação difícil. Mas é inviável estabelecer-se condições mínimas de funcionamento para a Universidade". Ou seja, se ao menos Cr$500 mil não forem liberados, a UFMG se inviabilizará. O que inclui, além da listagem anterior, a queda da já não alta qualidade do ensino; a inviabilização de pesquisas; a não renovação de bibliotecas, etc.



UFMG, quem diria, pode fechar

— Seria, o às vezes defendido ensino pago, uma solução?

— Não. O que o pagamento poderia injetar na Universidade não seria significativo. O ensino é, sim, caro, pois, é preciso manter hospitais, pesquisas, laboratórios. Mas o exemplo eloqüente de que o ensino pago não é a solução, é que as faculdades particulares, que cobram dos alunos e ainda recebem ajuda do governo federal, estão também em crises.

O realismo do reitor é, então, tingido por uma tonalidade de impaciência: "o orçamento da Educação no Brasil, de menos de 5% do orçamento nacional, é dos mais baixos do mundo. É uma distorção violenta. Desenvolvimento não se faz só com fábricas. É preciso cérebros para acionar estas fábricas. Caso contrário, voltaríamos ao Brasil-Colônia, quando a pessoa para se formar, tinha de ir para Portugal".

Ele diz que ao menos 12% do orçamento nacional deveria ser destinado à Educação, como previa a Constituição de 1946. "Quanto à porcentagem ideal é difícil dizer. Seria preciso ver como se comporta, por exemplo, a Educação em outros países, em relação à destinação de verbas. É certo, contudo, que 12% foi suficiente numa época em que não havia tantos problemas. Hoje, a Universidade cresceu, a demanda cresceu e a situação é bem diferente".

— E a autonomia universitária, como fica neste contexto?

— Ela, definitivamente, não existe. A Universidade não pode decidir nada por si mesma, sem ouvir MEC, Ministério do Planejamento, DASP, Conselho Federal de Educação, além de outros órgãos menos votados. O volume de decretos e leis baixados sobre a Universidade, limita tremendamente o espaço que ela tem para decidir sobre si mesma. E a crise financeira a distância muito mais da autonomia.

— Como anda a situação do professor universitário?

— Os salários são muito baixos, inteiramente defasados. Um professor universitário ganha, hoje, entre Cr$ 15 e 70 mil. Mas, para atingir Cr$ 70 mil, tem de ser professor titular, com doutorado, publicações, o que só é possível com ao menos dez anos de carreira e dedicação exclusiva.

(Fonte: Estado de Minas - 3/08/80)

E NÓS

o que faremos?

A solução de nossos problemas depende da nossa capacidade de luta e de organização.

Fortalecer a APUBH é ampliar nosso espaço de atuação em defesa dos nossos direitos.

DEFENDA A IMPRENSA POPULAR

Leia, divulgue, venda e assine

Companheiro
Convergência Socialista
Coojornal
Correio Sindical
Em Tempo
Hora do Povo
Movimento
O Trabalho
Pasquim
Repórter
Tribuna da Luta Operária
Voz da Unidade

Conjuntura

CRISE E REPRESSÃO: COMO ENFRENTÁ-LAS?

A última novidade no negro panorama da crise econômica brasileira acaba de vir à tona: o índice de crescimento do emprego na região mais industrializada do BRasil, São Paulo, nos últimos doze meses (2,5%) foi menor do que a taxa de crescimento vegetativo da população do país (3,5%a. a.).

Essa informação joga por terra o último mito oficial: o de que não estaria havendo desemprego. E esse dado se torna ainda mais problemático porque nos dias atuais não há no Brasil possibilidade de expansão da fronteira agrícola como antes, de modo a absorver a população expulsa do campo.

Se a isso aí forem agregados outros dados (inflação de 107%, ociosidade de 50% nas indústrias de bens de capital, queda das vendas de automóveis e eletrodomésticos, endividamente crescente da construção civil), ninguém mais em sã consciência pode deixar de reconhecer que a situação é gravíssima.

Aliás, agora não é só a oposição que fala em dias negros. A folha de São Paulo de domingo, dia 10 de agosto, traz um significativo pronunciamento do líder do governo no senado, Jarbas Passarinho: "grande comoção social pode acontecer". E frente a isso, ele faz o velho apelo dos donos do poder: união do governo com a oposição, para assim fazer a Revolução antes que o povo a faça. . .

As variadas propostas de Constituinte (com Figueiredo, com este Congresso, com o próximo Congresso e assim por diante) dão conta também de que o agravamento da crise econômica acabou produzindo o que não podia deixar de acontecer: a crise política aguda.

NOVOS PROBLEMAS, VELHAS MEDIDAS

Nesse quadro todo, porém, o que salta a vista é que o governo continua escolhendo o mesmo bode expiatório – os trabalhadores de um modo geral. Por isso já anda anunciando mudanças na política salarial, no sentido de diminuir mais ainda o nº de categorias com direito ao reajuste semestral automático. E que ninguém caia no engodo das notícias oficiais, que tentam dourar a pílula dizendo que assim se libera mais trabalhadores para negociarem livremente com seus patrões os aumentos salariais. Como acreditar nisso se continuam a vigorar todas as leis anti-greve, a Lei de Segurança Nacional e todo o aparato repressivo montado desde 1964? Como acreditar nisso se cresce dia-a-dia a impunidade dos organismos paramilitares de repressão, cada vez mais ousados em seus sequestros, ameaças, atentados, etc.?

Enfim, a anunciada mudança da política salarial, como a também anunciada mudança na lei de imprensa (contra quem mais?) eliminam qualquer veleidade (de quem ainda as tinha) sobre a seriedade de uma "abertura", "distensão social", seja lá que novo nome vão querer botar para mascarar a continuidade da ditadura. Nenhuma redistribuição de renda, ou de liberdade, virá "de cima". O Planalto e seus amigos ainda se orientam pelo apelo surrado "a ordem e ao aperto dos cintos". A ordem deles e o aperto dos cintos dos trabalhadores. É claro.

IMPORTÂNCIA DA UNIDADE

A crise geral e a orientação do Governo mostram que a oposição vai crescer aceleradamente daqui para frente. E mostram também que a repressão continuará a ser utilizada, na tentativa de impedir a acumulação de forças do movimento de massas.

A resposta a isso só pode ser uma: somar forças, unir todos aqueles que dependem da liberdade para fazer valer seus interesses – união que, por sua vez, para de fato servir aos interesses dos trabalhadores depende de não se abrir mão da independência e da autonomia já alcançados pela oposição no Brasil nos últimos anos.

Essa necessidade assume um caráter mais urgente em confronto com os ataques da direita que parecem ter em Belo Horizonte um dos cenários mais frequentados (em 3 anos apenas nada mais nada menos que 38 atentados foram aqui cometidos). Se não dermos agora uma resposta forte e unitária é mesmo imprevisível a violência e as perdas que advirão da escalada do terror cada vez mais impune.

A diretoria da APUBH, conforme decisão de Assembléia, vem participando do Comitê de Solidariedade aos movimentos populares junto com jornais da imprensa alternativa, sindicatos, entidades estudantis, partidos políticos oposicionistas, associações profissionais, setores da igreja. Diante da gravidade do momento está sendo discutida uma ação decidida em defesa dos mais elementares direitos humanos. Convencidos de que já não basta um protesto isolado, lançaremos a partir do dia 14 de agosto às 20 hs. na Faculdade de Medicina, uma campanha contra o terror, visando levar a toda a população a mais veemente denúncia dos atentados e exigir do governo mineiro e federal, até agora omisso e conivente, a apuração dos crimes e punição dos terroristas.

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS MOVIMENTOS POPULARES

1 – Campanha contra o terror

A - Reivindicações: pressão sobre o governo do estado para desmascaramento e punição dos responsáveis pelos atos terroristas.

B - Instrumentos: instauração de uma CPI a nível estadual e de uma Comissão Mista de Inquérito.

C - Calendário:

C1. Lançamento - Decidiu-se pelo dia 14 próximo, contando com a presença de personalidades ameaçadas ou que se destacam na luta contra o terrorismo. Deverá ser um ato com caráter de agitação e denúncia onde serão inclusive apresentados dados que estão sendo organizados pelo "Comitê de Reportagem" de Imprensa Alternativa.

Neste dia será divulgado o cronograma de campanha que se pretende tornar de massas, no decorrer de suas atividades.

C2. Continuidade - Foi aprovada inicialmente a realização de uma serie de debates sobre temas como: Repressão Policial, Torturadores e Aparelho de Repressão, Fascismo no Brasil hoje, entre outros, debates estes promovidos pelas entidades e movimentos que participam de campanha.



Bombas: a ameaça dos panfletos pregados nas bancas

D - Coordenação: devido ao grande número de tarefas a serem encaminhadas, foi aprovada uma coordenação para a campanha, composta de representantes das seguintes entidades: Sind. das Assistentes Sociais, Professores, Bancários, UTE, Petroleiros, UEE, APUBH, CBA, PT, De. Jovem do PMDB, PP, PDT, Imprensa Alternativa, Mov. Contra Carestia, Movimento Negro Unificado, CET, CEBRADE, Igreja.

2 – Imprensa Alternativa

Diante dos atentados terroristas às bancas de revistas, o Comitê de solidariedade assumiu encaminhar as seguintes propostas, como forma concreta de apoio à imprensa alternativa.

a) assinar um "Livro de Ouro", para arrecadar fundos para o jornaleiro que teve a sua banca qeimada, Sr. José Ribeiro;

b) Assinar os jornais e fazer campanha de assinatura entre os associados;

c) Fazer uma banca da imprensa alternativa na sala da entidade.

manifestação contra o terror dia 14-08, às 20hs, no auditório da faculdade de medicina. Participe!